



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2022

Índice

Balanço	3
Demonstração de Resultados por Natureza	4
Demonstração de Resultados por Analíticas	Erro! Marcador não definido.
Anexo.....	14
1 - Identificação da Entidade	5
2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	11
3- Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1 Bases de Apresentação	11
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	14
6. Custos de Empréstimos Obtidos	15
7. Inventários	15
8. Rédito.....	16
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	16
10. Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos.....	16
11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	17
12. Benefícios dos empregados.....	17
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
14. Outras Informações.....	17
14.1 Clientes e Utentes.....	17
14.2 Outras contas a receber	18
14.3 Diferimentos.....	18
14.4 Caixa e Depósitos Bancários	18
14.5 Fundos Patrimoniais	19
14.6 Fornecedores.....	19
14.7 Estado e Outros Entes Públicos	19
14.8 Outras Contas a Pagar.....	20
14.9 Fornecimentos e serviços externos.....	20
14.10 Outros rendimentos e ganhos	20
14.11 Outros gastos e perdas	21
14.12 Resultados Financeiros.....	21
14.13 Acontecimentos após data de Balanço	21

Balanço

BALANÇO
período findo em 31.12.2022 e 31.12.2021

Unidade Monetária: EURO

CÓDIGO DE CONTAS	RUBRICAS	Notas	Datas	
			2022	2021
ATIVO				
Ativo não corrente				
43+453+455-459	Ativos fixos tangíveis	5	200 480,41	176 846,33
	Bens do Património Histórico e cultural			
42+455+452-459	Propriedades de investimento			
441				
44(excepto 441)+454+455-459	Ativos intangíveis			
372	Ativos biológicos			
4111+4121+4131-419	Investimentos Financeiros		5 656,37	4 649,14
266+268-269	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros			
			206 136,78	181 495,47
Ativo corrente				
32+33+34+35+36+39	Inventários			
211+212-219	Clientes	14.1	10 382,38	154,41
228-229+2713-279	Adiantamentos a fornecedores			
24	Estado e outros entes públicos	14.7	4 193,60	2 543,13
263+268-269	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros			
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	14.2	55 531,22	30 673,18
281	Diferimentos	14.3	2 002,14	1 764,60
1431	Outros activos financeiros			
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	14.4	63 697,14	29 286,05
			135 806,48	64 421,37
	Total do ATIVO		341 943,26	245 916,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
51-261-262	Fundos	14.5	124,70	124,70
58	Excedentes técnicos			
551	Reservas		1 500,00	1 500,00
56	Resultados transitados		(18 798,48)	(5 749,35)
59	Outras variações dos fundos patrimoniais		98 120,26	104 403,06
818	Resultado líquido do período		43 521,45	(13 049,13)
	Total do fundo de capital		124 467,93	87 229,28
PASSIVO				
Passivo não corrente				
29	Provisões			
29	Provisões específicas			
273	Financiamentos obtidos			
237+2711+2712+276	Outras contas a pagar			
Passivo corrente				
221+222+225	Fornecedores	14.6	7 171,99	5 451,69
218+276	Adiantamentos de clientes			
24	Estado e outros entes públicos	14.7	19 764,57	14 683,43
264+265+268	Outras variações fundos patrimoniais			
25	Financiamentos obtidos		88 888,90	100 000,00
231+238+2711+2712+2722+278	Outras contas a pagar	14.8	78 626,56	35 570,58
282+283	Diferimentos	14.3	23 023,31	2 981,86
1432	Outros passivos financeiros			
			217 475,33	158 687,56
	Total do Passivo		217 475,33	158 687,56
	Total dos fundos patrimoniais e do passivo		341 943,26	245 916,84

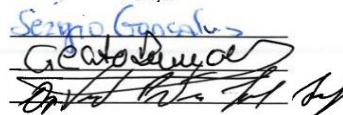
S. Torcato, 31 de Março de 2023


O Contabilista Certificado

Inscrito na OCC com o N.º 85568



A Direção



Demonstração Resultados por Natureza


Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31.12.2022 e 31.12.2021


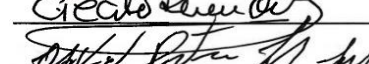
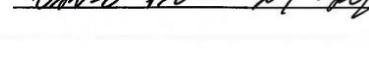
Unidade Monetária: EURO

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos		
			2022	2021	
+71+72	Vendas e serviços prestados	+	8	78 144,04	26 138,95
+75	Subsídios à exploração	+	10	759 749,09	674 097,33
	ISS/CRSS	+		667 899,49	537 285,98
	Outras entidades	+		91 849,60	136 811,35
+73	Variação nos inventários da produção	+/-			
+74	Trabalhos para a própria entidade	+			
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	-8 593,52	-7 236,24
-62	Fornecimentos e serviços externos	-	14.9	-219 474,93	-176 670,15
-63	Gastos com o pessoal	-	12	-570 695,45	-519 492,16
-65+762	Imparidades (perdas/reversões)	-/+			
-67+763	Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
	Provisões específicas (aumentos/reduções)				
	Outras imparidades (perdas/reversão)				
	Aumento/redução justo valor				
+78	Outros rendimentos e ganhos	+	14.10	41 516,00	28 068,41
-68	Outros gastos e perdas	-	14.11	-7 882,90	-6 936,07
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		72 762,33	17 970,07
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5	-24 160,08	-28 161,42
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		48 602,25	-10 191,35
79	juros e rendimentos imilares obtidos	-			
69	juros e gastos similares suportados	+	14.12	-1 533,10	-1 831,82
	Resultado antes de impostos	=		47 069,15	-12 023,17
-812	Imposto sobre rendimento do período	-/+		-3 547,70	-1 025,96
	Resultado líquido do período	=		43 521,45	-13 049,13

S. Torcato, 31 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

 Inscrito na OCC com o N.º85568



A Direção




Anexo

1 - Identificação da Entidade

A ADCL é uma instituição privada sem fins lucrativos (IPSS), constituída em 1994, como resultado da última fase do Projeto de Educação para o Desenvolvimento, no âmbito de um Projeto de Luta Contra a Pobreza. Tem a sua sede na Vila de S. Torcato, em Guimarães. A sua área de abrangência é supra concelhia, tendo o concelho de Guimarães como área de intervenção prioritária.

Dando continuidade ao trabalho iniciado em anos anteriores, foi reforçado o trabalho de concretização da sua missão, através de:

- 1. Reforço, consolidação e reestruturação das valências da ADCL;*
- 2. Criação de novas valências na ADCL, através do incremento de projetos inovadores de intervenção social de acordo com a missão da ADCL;*
- 3. Diversificação das fontes de financiamento da ADCL, para garantir a sua sustentabilidade;*
- 4. Reforço das relações institucionais da associação, nos quadros local (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, rede social), institucional (Serviços públicos, Universidade, organismos do Estado e administração pública do Estado) e internacional (associações europeias e lusófonas);*
- 5. Reforço dos dispositivos de consulta interna e de cidadania organizacional;*
6. Melhoria dos processos de gestão da ADCL e o reforço das competências dos seus dirigentes, quadros e trabalhadores, através do desenvolvimento de ações que promovam a otimização de metodologias e processos de modernização e inovação ao nível da gestão e da prestação de serviços sociais.
7. Procura de reforço da intervenção na área da prevenção da violência doméstica;

A ação da ADCL está, neste sentido, intimamente ligada ao propósito maior de *“cooperação com as comunidades locais na realização dos seus objetivos de desenvolvimento social e cultural”* (Diário da República, 21 Fev. 1994), procurando contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas e das populações em situação de vulnerabilidade, perspetivando e acreditando na possibilidade de um mundo mais justo e equitativo, onde a igualdade de oportunidades se assuma

como um direito de todos, independentemente do seu género, origem social, grupo de pertença, raça ou crenças.

A ADCL tem como **missão** “Cooperar com as comunidades locais no seu **desenvolvimento integrado e sustentado**, procurando melhorar as **condições de vida** das populações, no plano **individual e colectivo**, numa perspectiva de promoção da **cidadania e da inclusão social**”.

Como **visão** pretende *crescer na promoção da **inclusão social e da cidadania activa**, como **organização inovadora de referência** reconhecida pela **integridade e ética profissional**, assentando a sua prática no princípio fundamental de que as populações são os sujeitos do seu desenvolvimento social.*

A ADCL tem definida uma **Política de Gestão da Qualidade** de acordo com a sua missão, visão e valores, assente na promoção de serviços de elevada qualidade e valor, ajustados às necessidades e expectativas das comunidades locais, gerando em todos um elevado nível de satisfação, através de uma filosofia de **Inovação e Melhoria Contínua**, enquanto organização socialmente responsável, orientada pela integridade e ética profissional.

Com vista à satisfação das necessidades dos/das clientes, e ao bom funcionamento da ADCL, todos/as os/as colaboradores/as assumem a responsabilidade de cumprir com as disposições do **Sistema de Gestão da Qualidade** e encontram-se comprometidos com os seguintes princípios, que constituem a Política da Qualidade da ADCL:

PRINCÍPIOS DA QUALIDADE

- **Servir a comunidade envolvente**, com enfoque nas suas necessidades e superando as expectativas dos/das utilizadores/as;
- **Transmitir uma imagem de confiança e compromisso**, assente na eficácia do bem servir as populações e na proximidade dos/das cidadãos/ãs, constituindo um factor distintivo relevante;
- **Conhecer e compreender as características do meio envolvente**, potenciando recursos e **parcerias** na procura de soluções para a confiança e satisfação total dos/das nossos/nossas clientes;

- **Investir na actualização dos recursos físicos** acompanhando a evolução tecnológica;
- **Promover um ambiente de trabalho motivador** que resulte em processos de formação, valorização de competências e desenvolvimento sócio-profissional contínuo;
- **Promover um sistema de valores** comum a todos/as os/as colaboradores/as, o qual se deve pautar por regras de conduta ética, de respeito da integridade humana e de bem servir a comunidade;
- **Cumprir os requisitos** que garantam a qualidade da prestação de serviços em conformidade com a legislação e normas aplicáveis.

A ADCL empenha-se no objectivo de melhoria contínua da sua acção, envolvendo todos/as os/as colaboradores/as na reflexão de metodologias de gestão actuais, com o único propósito de orientar a actividade institucional para a satisfação e bem-estar dos/das utilizadores/as dos serviços prestados.

A ADCL promove o envolvimento e a responsabilidade pessoal de todos/as na implementação desta Política, e mantém relações de parceria com as partes interessadas para a sustentabilidade das diferentes resposta que promove.

A ADCL declara o seu compromisso com o cumprimento dos requisitos legais e outros referenciais aplicáveis para a melhoria contínua do seu SGQ.

Os **valores** fundamentais que constituem o quadro de referência que orienta a postura e actuação da ADCL no cumprimento da sua missão são:

QUALIDADE nos serviços prestados, promovendo a melhoria continua e a satisfação das necessidades e expectativas das pessoas, das organizações e dos agentes locais.

COOPERAÇÃO nas relações humanas, profissionais e institucionais, visando alcançar objectivos comuns, rentabilizar recursos e otimizar resultados.

FLEXIBILIDADE na adaptação permanente à mudança e como estratégia fundamental para responder às necessidades emergentes das comunidades.

PROXIMIDADE nas relações estabelecidas, valorizando a reciprocidade, a confiança e o compromisso, com o objectivo de conhecer as necessidades da comunidade.

ÉTICA no modo de actuação, assegurando integridade, respeito e transparência nos processos, na utilização dos recursos e nas relações pessoais, profissionais e institucionais.

SOLIDARIEDADE no relacionamento social e organizacional, promovendo a participação, a inclusão e o desenvolvimento integral dos indivíduos e comunidades

RESPONSABILIDADE na sua actuação, assegurando a realização das suas funções e garantindo a articulação de todos os domínios envolvidos, assumindo as decisões e as consequências inerentes.

Acreditamos que os nossos valores dão **sentido** à nossa missão:

Solidariedade

Flexibilidade

Responsabilidade

Ética

Qualidade

Proximidade

Cooperação

ASSEMBLEIA GERAL	
Presidente:	Maria Alice Abreu Freitas
1º Secretário:	Jorge Manuel Carvalho Fernandes Correia
2ª Secretária:	Maria do Carmo Fernandes Torres de Faria Freitas

CONSELHO FISCAL	
Presidente:	António da Costa Freitas
Secretário:	João Domingos Teixeira Fernandes
Vogal:	Junta de Freguesia de Gonça

DIRECÇÃO	
Presidente:	Sérgio Manuel de Carvalho Gonçalves
Vice-Presidente:	Alberto Pereira de Oliveira
Tesoureiro:	David Patrício Lopes Araújo
Secretário:	Henrique Ribeiro Macedo
Vogal:	Flora Maria da Silva Cunha
SUPLENTES	
Susana Sílvia Silva Cunha	
Jorge Manuel Da Silva Fernandes	

A sua orientação metodológica é desenvolvida na perspetiva da construção de ações e projetos a partir das necessidades sentidas no terreno, através de um trabalho de pesquisa e perceção de necessidades. Os projetos são construídos numa lógica de participação e de investigação-acção, procurando a construção de práticas ajustadas e refletidas, em consonância com os públicos a que se direccionam.

Estruturada em diferentes respostas sociais e múltiplos projetos, caracterizada por uma intervenção geograficamente abrangente, a ADCL direciona a sua intervenção, em grande parte, a públicos desfavorecidos, em situação de risco/exclusão social, procurando desenvolver respostas integradas na resolução dos problemas com que estes se debatem, intervindo ao nível de duas grandes áreas:

ÁREA DE INTERVENÇÃO	SERVIÇO / RESPOSTA SOCIAL / PROJECTOS
SÓCIO-COMUNITÁRIA	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
	Centro Comunitário
	Casa de Acolhimento Residencial
	Centros de Atividades de Tempos Livres
	Apartamento de Autonomização
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
	Feira da Terra

	Banco de Apoio Social
EDUCAÇÃO/ FORMAÇÃO	Centro de Educação/Formação
ÁREA DE PROJETOS	Rede Local de Intervenção Social
	Projeto Animação Comunitária a Idosos: Então Vamos!
	Projeto Partis – Fazer Presente
	Erasmus +

2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo – NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º158/2009, de 13 de Julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior.

3- Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas usadas na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados

contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*”

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações do ativo fixo são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 26 de Janeiro,

O processo de depreciação é realizado na base de duodécimos inicia-se no começo do mês seguinte em que o respetivo imobilizado entra em funcionamento.

Descrição	Taxas
Edifícios e outras construções	5% - 16,66%
Equipamento básico	12,5%-16,66%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	10%-33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	12,5%-25%

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.2 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

A ADCL no ano de 2022 detem uma linha de crédito com o Montepio, tendo a 31 de Dezembro de 2022 utilizado os montantes que figuram no quadro abaixo.

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	88.888,30	0,00	-	0,00
Contas caucionadas	-	-	-	100.000,00
Total	88.888,90	0,00	-	100.000,00

3.2.3 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

No entanto, a ADCL desenvolve atividades complementares, não isentas de imposto sobre o rendimento (IRC), sendo calculado e provisionado, quando aplicável, de acordo com as normas vigentes.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	368.750,28		-	-	-	368.750,28
Equipamento básico	518.941,49	5.528,85	-	-	-	524.470,34
Equipamento de transporte	121.535,18	42.265,31		-	-	163.800,49
Equipamento biológico	0,00		-	-	-	0,00
Equipamento administrativo	29.388,86		-	-	-	29.388,86
Outros ativos fixos tangíveis	1.483,44		-	-	-	1.483,44
Total	1.040.099,25	47.794,16			-	1.087.893,41

Depreciações acumuladas						
Terrenos e rec. naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras constr.	218.898,43	9.173,32 €			-	228.071,75
Equip. básico	496.197,02	7.557,05 €			-	503.754,07
Equip. de transporte	117.285,17	7.429,71€			-	124.714,88
Equip. biológico					-	
Equip. administrativo	29.388,86				-	29.388,86
O. ativos fixos tangíveis	1.483,44				-	1.483,44
Total	863.252,92	24.160,08			-	887.413,00

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Descrição	2022	2021
Juros suportados	1.533,10	1.831,82
Total	1.533,10	1.831,82

7. Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-					-	-
Donativos em espécie	-				8.593,52	-	-
Total	-	-		-	8.593,52	-	-

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	8.593,52
--	---	----------

8. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	78.144,04	26.138,95
Quotas dos utilizadores	19.837,00	12.818,95
Quotas e Joias	600,00	680,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços Secundários	57.707,04	12.640,00
Juros	-	-
<i>Royalties</i>	-	-
Dividendos	-	-
Total	78.144,04	26.138,95

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**Provisões**

Nos períodos de 2022 e 2021, não ocorreram a provisões.

10. Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos e de Outra Entidades*”:

Descrição	2022	2021
Instituto da Segurança Social	-	-
Instituto de Segurança Social, IP	667.899,49	537.285,98
Total	667.899,49	537.285,98

Descrição	2022	2021
Outras Entidades		
POISE/ POAPMC	0,00	5.814,70
CLDS	0,00	30.746,82
Câmara Municipal de Guimarães	57.300,00	71.833,08
ERASMUS +	7.713,60	0,00
Fundação Calouste Gulbenkian	25.000,00	23.750,00
Oficina – C.A.M. Tradicionais de Gmr, CPRL	1.000,00	0,00
Juntas Freguesias	500,00	0,00
IAPMEI	336,00	126,75
IEFP	0,00	3.990,00
Total	91.840,60	136.811,35

11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Durante os exercícios de 2022 e 2021 a ADCL, não realizou operações em moeda estrangeira.

12. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Durante o exercício de 2022, a ADCL, sem contemplar os Formadores e Colaboradores eventuais, teve ao seu serviço, em média, 35 Colaboradores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	464.662,25	423.151,73
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	99.438,92	89.377,47
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.620,56	5.832,96
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	155,00	1.130,00
Indemnizações	818,72	0,00
Total	570.695,45	519.492,16

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c	10.382,38	154,41
Clientes	10.382,38	154,41
Total	10.382,38	154,41

14.2 Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	54.966,30	30.673,18
Perdas por Imparidade	-	-
Total	54.966,30	30.673,18

14.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Custos a reconhecer: Seguros	2.002,14	1.764,60
...	-	-
Total	2.002,14	1.764,60
Rendimentos a reconhecer		
CLDS	212,18	2.981,86
Camara Municipal de Guimarães	14.344,45	0,00
ISS - Acordos	8.466,68	
Total	23.023,31	2.981,86

14.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	3.128,85	1.098,91
Depósitos à ordem	60.568,29	43.893,54
Total	63.697,14	44.992,45

14.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	124,70	-	-	124,70
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	1.500,00	-	-	1.500,00
Resultados transitados	-5.749,35	-	13.049,13	-18.798,48
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	104.403,06		6.282,80	98.120,26
Total	100.278,41	0,00	19.331,93	80.946,48

14.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	7.171,99	5.451,69
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	7.171,99	5.451,69

14.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	4.100,96	1.056,58
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	1.486,55
Outros Impostos e Taxas	92,64	-
Total	4.193,60	2.543,13

Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.624,84	1.591,58
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.792,30	3.118,72
Segurança Social	11.347,43	9.761,99
Outros Impostos e Taxas	0,00	211,14
Total	19.764,57	14.683,43

14.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	78.061,64	-	35.570,58
Remunerações a pagar	-	78.061,64	-	35.570,58
Cauções	-		-	
Outras operações	-		-	
Perdas por Imparidade acumuladas	-		-	
Fornecedores de Investimentos	-		-	
Credores por acréscimos de gastos	-		-	
Outros credores	-	0,00	-	0,00
	-		-	
Total	-	78.061,64	-	35.570,58

14.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços Especializados	73.469,67	64.802,79
Materiais	46.698,57	30.779,35
Energia e fluidos	26.968,97	25.821,32
Deslocações, estadas e transportes	7.963,86	3.126,04
Serviços diversos (*)		
Rendas	35.189,84	32.653,06
Comunicação	7.445,74	8.113,31
Outros Serviços	14.159,92	11.374,28
Total	219.474,93	176.670,15

14.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	6.547,35	7.455,47
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rend. e ganhos –sub., assoc.e empreendimentos conjuntos		
Rend. e ganhos -restantes ativos financ.		
Rend. e ganhos-invest. não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	34.968,65	20.612,94
Total	41.516,00	28.068,41

14.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	1.569,43	788,11
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Correções exerc. Anterior	3.804,29	5.112,96
Voluntariado Imputado a Projetos	0,00	0,00
Quotizações	495,00	640,00
Multas e penalidades		
Outros Gastos e Perdas	2.000,54	395,00
Total	7.882,90	6.936,07

14.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.533,10-	1.831,82-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	1.533,10	1.831,82
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	-1.533,10	-1.831,82

14.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção em 28 de Março de 2023 e em 31 de Março de 2023 pela Assembleia Geral.